

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
de 31 de dezembro de
2023 com Relatório do
Auditor Independente

Banco Randon S.A.
CNPJ 11.476.673/0001-39
NIRE 43300051412

Relatório da Administração

Caxias do Sul - RS, 01 de março de 2024.

2º Semestre de 2023

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

O Banco Randon S/A ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010.

O Banco permanece com foco no financiamento da cadeia de negócios da Randoncorp. Desta forma, está alinhado com sua missão de ofertar serviços financeiros competitivos e rentáveis que suportem as políticas comerciais e fortaleçam os negócios da Randoncorp. Além disso, vêm sendo promovidas iniciativas para o desenvolvimento de soluções financeiras digitais e para o aumento da sinergia com as demais unidades de negócios. O Banco também tem desenvolvido e promovido ações que visam atuar de forma mais ativa com fomento de produtos e serviços voltados ao setor de transporte e logística.

Desempenho: O Banco encerrou o 2º semestre de 2023 com carteira de crédito de R\$ 1.976,2 milhões, sendo cerca de 97% classificados nos ratings AA, A e B. No exercício 2023, o Banco gerou receitas da intermediação financeira no valor de R\$ 310,3 milhões e apresentou lucro líquido de R\$ 17,6 milhões. Conforme exposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, o Banco procede com a revisão semestral de rating de seus clientes, que também poderá ocorrer a qualquer tempo se forem identificadas situações econômicas e/ou conjunturais de clientes/grupos econômicos que ofereçam algum risco de descumprimento dos compromissos.

Os clientes em recuperação judicial são avaliados tão logo o Banco tome conhecimento da ação. Considerando que operações com garantias reais (alienação fiduciária/hipotecas) não sejam passíveis de enquadramento nas recuperações judiciais, o Banco leva a classificação de rating ao nível adequado de provisionamento conforme definição e avaliação do Comitê de Crédito.

O Estatuto Social do Banco prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, sendo o saldo remanescente incorporado ao patrimônio líquido. O Conselho de Administração poderá decidir por percentual superior ao definido em Estatuto. Até o momento não foram realizados aumentos de capital por incorporação de reservas de lucros.

Negócios sociais - O Banco contribui com dotações para o Instituto Elisabetha Randon (IER), uma Organização de Sociedade Civil com Interesse Público que tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento social, por meio de ações direcionadas à educação, à cultura, à assistência social e ao estímulo à prática do voluntariado. O IER mantém programas sociais voltados à comunidade, destacando-se: Programa Florescer, com a missão de preparar crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social para o exercício da cidadania, promovendo a melhoria da qualidade de vida;

Programa Florescer Iniciação Profissional, realizado por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o programa atende adolescentes entre 15 e 16 anos, que participam de um curso técnico-profissionalizante na área de Assistente Administrativo e Programa Vida Sempre, que promove a educação para a segurança no trânsito. O Banco também contribui com doações através de incentivos fiscais para entidades de cunho social.

Outros assuntos – No dia 04/09/2023, através da S&P Global Ratings, foi emitido um comunicado público relativo a nota de crédito do Banco Randon, “brAA”, considerando o conglomerado prudencial de forma consolidada, conforme divulgado no link <https://disclosure.spglobal.com/ratings/pt/regulatory/article/-/view/sourceld/101585806>.

Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Conselho de Administração

Alexandre Randon
Presidente

Jaime Marchet
Vice-presidente

Geraldo Santa Catharina
Conselheiro

Diretoria

Joarez José Piccinini
Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti
Diretor Administrativo

David Jose Teixeira Felix
Diretor Comercial

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do,

Banco Randon S.A.

Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Bruno Araujo Santos'.

Bruno Araujo Santos
Contador CRC- 1SP291893/O-0

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Disponibilidades	5	60	78
Instrumentos financeiros		2.134.134	1.813.227
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	118.896	148.969
Títulos e valores mobiliários	6	38.858	26.002
Relações Interfinanceiras	7	192	163
Operações de crédito	8.a	1.896.837	1.564.207
Outros créditos	8.a	79.351	73.886
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.b	(21.225)	(19.223)
Operações de crédito		(20.791)	(18.760)
Outros créditos		(434)	(463)
Ativos fiscais		20.091	14.212
Diferidos	18	20.091	14.212
Outros ativos	9	7.563	7.452
Créditos diversos		1.006	570
Outros valores e bens		6.557	6.882
Imobilizado de uso	10	921	377
Imobilizações de uso		1.460	859
(Depreciação acumulada)		(539)	(482)
Intangível	10	11.156	1.630
Ativos intangíveis		12.011	2.153
(Amortização acumulada)		(855)	(523)
Total do ativo		2.152.700	1.817.753
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.761.114	1.520.217
Depósitos	11	734.056	779.452
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	88.261	50.832
Obrigações por empréstimos e repasses	12	938.797	689.933
Provisões	13	614	840
Obrigações fiscais correntes e diferidas	14	11.580	12.036
Outros passivos	15	27.057	16.645
Patrimônio líquido	16	352.335	268.015
Capital social		306.000	235.000
Reservas de lucros		46.295	32.972
Ajustes de avaliação patrimonial		40	43
Total do passivo e patrimônio líquido		2.152.700	1.817.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2023 2º Semestre	31/12/2023 Exercício	31/12/2022 Exercício
Receitas da intermediação financeira		157.311	310.264	229.184
Operações de crédito	17	149.684	289.901	213.884
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		7.627	20.363	15.300
Despesas da intermediação financeira		(110.752)	(224.007)	(162.609)
Operações de captação no mercado	11	(49.691)	(103.484)	(88.867)
Operações de empréstimos e repasses	12	(54.705)	(102.655)	(64.810)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos	8.d	(6.356)	(17.868)	(8.932)
Resultado bruto da intermediação financeira		46.559	86.257	66.575
Outras receitas/despesas operacionais		(30.925)	(56.337)	(39.301)
Receitas de prestação de serviços		53	108	76
Rendas de tarifas bancárias		1.440	2.618	2.487
Despesas de pessoal		(7.417)	(13.897)	(11.562)
Outras despesas administrativas	19	(20.750)	(38.064)	(24.724)
Despesas tributárias		(2.694)	(5.298)	(3.777)
Outras receitas operacionais		545	1.781	196
Outras despesas operacionais		(2.102)	(3.585)	(1.997)
Resultado antes dos tributos		15.634	29.920	27.274
Tributos sobre o lucro	18.a	(5.992)	(12.306)	(12.352)
Provisão para imposto de renda		(3.319)	(9.839)	(9.001)
Provisão para contribuição social		(2.929)	(8.346)	(7.546)
Ativo fiscal diferido		256	5.879	4.195
Lucro líquido do semestre/exercício		9.642	17.614	14.922
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações	16	290.577	290.577	228.838
Lucro líquido (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$		0,033	0,061	0,065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023		31/12/2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	9.642	17.614	14.922
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	(3)	(3)	1
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	(5)	(5)	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Randonprev	2	2	(1)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	9.639	17.611	14.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	185.000	2.850	19.155	42	-	207.047
Integralização de capital (Nota 16)	50.000	-	-	-	-	50.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.922	14.922
Dividendos AGO 13/04/2022	-	-	(411)	-	-	(411)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.544)	(3.544)
Destinação:						
Reserva legal	-	746	-	-	(746)	-
Reserva geral de lucros	-	-	10.632	-	(10.632)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2022	235.000	3.596	29.376	43	-	268.015
Saldos em 1º de janeiro de 2023	235.000	3.596	29.376	43	-	268.015
Integralização de capital (Nota 16)	71.000	-	-	-	-	71.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.614	17.614
JSCP propostos	-	-	-	-	(4.291)	(4.291)
Destinação:						
Reserva legal	-	881	-	-	(881)	-
Reserva geral de lucros	-	-	12.442	-	(12.442)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	306.000	4.477	41.818	40	-	352.335
Saldos em 1º de julho de 2023	306.000	3.995	29.376	43	7.573	346.987
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.642	9.642
JSCP propostos	-	-	-	-	(4.291)	(4.291)
Destinação:						
Reserva legal	-	482	-	-	(482)	-
Reserva geral de lucros	-	-	12.442	-	(12.442)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	306.000	4.477	41.818	40	-	352.335

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023		31/12/2022
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		9.642	17.614	14.922
Ajustes ao resultado:				
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6.236	17.896	9.468
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos		120	(28)	(536)
(Reversão) para riscos trabalhistas	13	(226)	(226)	-
Constituição de provisão para outros pagamentos		1.322	1.535	1.121
Constituição de provisão de outros valores e bens	9.a	317	317	580
Depreciações e amortizações		253	448	190
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18.a	5.992	12.306	12.352
Prejuízo na baixa de imobilizado		-	8	-
Lucro líquido ajustado		23.656	49.870	38.097
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		17.629	(12.856)	(4.869)
(Aumento) em operações de crédito		(122.406)	(348.495)	(361.948)
(Aumento) em relações interfinanceiras		(22)	(29)	(152)
(Aumento) redução em outros créditos		(25.547)	(5.902)	89.418
Redução em outros valores e bens		12	8	961
(Redução) aumento em depósitos interfinanceiros		20.820	(116.664)	(245.472)
Aumento em depósitos a prazo		18.158	71.259	298.444
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras		33.764	37.429	50.832
Aumento em outros depósitos		9	7	-
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		98.995	248.864	213.557
Aumento em outras obrigações		4.427	8.132	7.397
(Redução) em resultados de exercícios futuros		-	-	(5.762)
Ajustes de avaliação patrimonial		(5)	(5)	1
Impostos pagos sobre o lucro		(3.776)	(18.639)	(13.065)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		65.714	(87.021)	67.439
Aquisição de imobilizado de uso				
Aquisição de intangível	10	(6.913)	(9.858)	(1.461)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento		(6.965)	(10.526)	(1.621)
Dividendos pagos				
Integralização de capital	16.a	-	71.000	50.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos		-	67.456	47.284
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		58.749	(30.091)	113.102
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5	118.956	118.956	149.047
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		58.749	(30.091)	113.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pela Randoncorp disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, Compror (Compror e *Floor Plan*) e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

O Banco é controlado diretamente pela Randon Investimentos Ltda, indiretamente pela Randon S.A. Implementos e Participações, e como controlador do grupo econômico a Dramd Participações e Administração Ltda.

No dia 07 de novembro de 2023, a companhia apresentou o novo posicionamento de seus Serviços Financeiros e Digitais para público interno, clientes, parceiros e imprensa. A vertical de negócios lançou a marca Rands, que passará a agrupar o portfólio de soluções que, hoje, são oferecidas pelas unidades Randon Consórcios, Randon Seguros, Banco Randon, DBServer, Addiante, Randon Ventures e Conexo.

1.1 Resolução CMN nº 4.966/21

O Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual dispõe sobre conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), aproximando os critérios contábeis da norma internacional IFRS 9. A Resolução entra em vigor, para os principais dispositivos, em 1º de janeiro de 2025.

Em atendimento ao artigo nº 76 da do referido normativo, o Banco Randon preparou um plano de implementação para a resolução, sendo este aprovado pelo conselho de administração, a ser implementado até o dia 31 de dezembro de 2024, de forma a estarmos aptos a adotá-la em sua plenitude a partir de 01 de janeiro de 2025 (início de vigência).

O Banco está atuando no projeto desde o final do 1º semestre de 2023. Para a implementação do normativo, conta com o apoio de consultoria técnica especializada. Até o momento, foi realizada a emissão de um diagnóstico contábil, que tem servido também como subsídio para o desenvolvimento dos itens mapeados até então, conforme previsto no plano. Até o presente não foram concluídas as estimativas de possíveis impactos para as demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 refletem as alterações previstas na Resolução BCB 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução CMN 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - Estrutura Conceitual – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) - Redução do valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 04 (R1) – Ativo intangível – Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – Resolução CMN 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de Erro – Resolução CMN 4.924/21;
- CPC 24 – Eventos subsequentes – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução CMN nº 4.818/20;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Resolução CMN nº 4.924/21.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 01 de março de 2024.

3. Políticas contábeis materiais

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Apresentação do balanço patrimonial

Considerando o exposto no art. 23 da Resolução BCB 2/2020, as contas do balanço patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, e não mais segregadas em circulante e não circulante, sendo a segregação apresentada apenas nas notas explicativas correspondentes. O conceito de segregação em circulante e não circulante, obedece aos requisitos expostos no art. 20 e 21 do mesmo normativo.

d) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

g) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

h) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação e financiamento de ativos não financeiros mantidos para venda) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

i) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19, do CMN, sendo o montante registrado em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

l) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.535/16, do CMN.

m) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 10, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica considerando o prazo de cinco anos, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.534/16, do CMN.

n) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado.

o) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

p) Obrigações por empréstimos e repasses e letras financeiras

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

q) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

r) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

s) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis no exercício para contribuição social são de 20% e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do exercício-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

t) Rendas diferidas – taxa subsidiada (Bônus por financiamento)

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. Os saldos dessas receitas a diferir estão classificadas no grupo Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos – País (Nota 15.a.).

u) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, no período.

v) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado à Randoncorp, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados da Randoncorp.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações da Randoncorp, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelo Banco, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

w) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Realização de Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução 4.842/2020 do CMN e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 18.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	-	34.856
Letras do Tesouro Nacional	10.055	-
Notas do Tesouro Nacional	108.841	114.113
	<u>118.896</u>	<u>148.969</u>
Disponibilidades	60	78
Total	<u>118.956</u>	<u>149.047</u>
Circulante	118.956	149.047

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado, sendo estes com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação			31/12/2023	Valor de Custo	Marcação a mercado	31/12/2022
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)			Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	38.858	38.858	38.864	(6)	26.002

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Relações interfinanceiras

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos vinculados – Ativo		
Depósitos de moeda eletrônica no Banco Central (a)	20	11
Conta de pagamento instantâneo no Banco Central	172	152
Total	192	163
Circulante	192	163

(a) Destina-se ao registro dos valores recolhidos ao Banco Central do Brasil, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas (Nota 11).

8. Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	21.753	1,10	21.723	1,32
Direitos creditórios descontados	43.735	2,21	37.936	2,32
Financiamentos (b)	1.831.349	92,67	1.504.548	91,85
Total	1.896.837	95,98	1.564.207	95,49
Circulante	1.112.106	56,27	949.642	57,97
Não circulante	784.731	39,71	614.565	37,52
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	77.873	3,95	71.721	4,38
Financiamento ativos não financeiros (d)	1.478	0,07	2.165	0,13
Total	79.351	4,02	73.886	4,51
Circulante	78.349	3,97	72.499	4,43
Não circulante	1.002	0,05	1.387	0,08
Total da carteira	1.976.188	100,00	1.638.093	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compror (Compror e Floor Plan).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

(d) Referem-se a devedores por compra de valores e bens advindos de financiamento de ativo não financeiro mantido para venda, contabilizado em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:				
Até 90 dias	5.432	0,27	5.319	0,32
De 91 até 360 dias	1.744	0,09	1.497	0,09
Acima de 361 dias	95	0,00	2	0,01
Total vencidos	7.271	0,36	6.818	0,42
A vencer:				
Até 90 dias	843.443	42,68	737.444	45,02
De 91 até 360 dias	339.741	17,19	277.879	16,96
Acima de 361 dias	785.733	39,77	615.952	37,60
Total a vencer	1.968.917	99,64	1.631.275	99,58
Total	1.976.188	100,00	1.638.093	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(12.265)	57,79	(11.234)	58,44
Não circulante	(8.526)	40,17	(7.526)	39,15
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(20.791)	97,96	(18.760)	97,59
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(429)	2,02	(456)	2,37
Não circulante	(5)	0,02	(7)	0,04
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(434)	2,04	(463)	2,41
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.225)	100,00	(19.223)	100,00
Total da carteira líquida das provisões	1.954.963		1.618.870	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	47.977	2,60	37.276	2,27
20 maiores devedores seguintes	464.128	24,77	411.259	25,11
Demais devedores	1.464.083	72,63	1.189.558	72,62
Total	1.976.188	100,00	1.638.093	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	3.241	-	2.340	-
A	0,50%	1.564.016	7.821	1.056.711	5.283
B	1,00%	345.608	3.456	531.876	5.319
C	3,00%	41.533	1.246	20.786	624
D	10,00%	6.214	621	11.643	1.164
E	30,00%	6.428	1.929	3.556	1.067
F	50,00%	1.584	792	1.257	629
G	70,00%	539	377	852	596
H	100,00%	4.980	4.980	4.534	4.534
Total		1.974.143	21.222	1.633.555	19.216

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	1.386	1	3.100	3
B	1,00%	466	1	1.113	2
C	3,00%	193	1	325	2
Total		2.045	3	4.538	7
Total da carteira		1.976.188	21.225	1.638.093	19.223

(a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI - Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é mensurada sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Saldo inicial	26.257	19.223	19.223	13.357
Constituição de provisão	29.585	61.257	61.257	28.615
Reversão de provisão	(23.229)	(43.389)	(43.389)	(19.683)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	(11.388)	(15.866)	(15.866)	(3.066)
Saldo final	21.225	21.225	21.225	19.223

(b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3(h).

e) Composição da carteira por indexador

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	1.634.151	79,70	1.255.940	76,67
Operações pós-fixadas	342.037	20,30	382.153	23,33
Total	1.976.188	100,00	1.638.093	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	143.140	7,24	127.397	7,77
Comércio	703.352	35,59	595.386	36,35
Serviços	1.108.418	56,09	895.364	54,66
Pessoa jurídica	1.954.910	98,92	1.618.147	98,78
Pessoa física	21.278	1,08	19.946	1,22
Total	1.976.188	100,00	1.638.093	100,00

g) No semestre findo em 31 de dezembro de 2023, foram recuperados créditos anteriormente baixados para prejuízo no montante de R\$2.656 (R\$1.226 no semestre findo em 31 de dezembro de 2022), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$2.819 (R\$1.231 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), vide nota 17.

h) No exercício findo em 31 dezembro de 2023 foram renegociadas operações no total de R\$628.238 (R\$283.371 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

i) Cessões de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$ 77.873 (R\$ 71.721 no exercício de 2022). Deste montante, R\$ 76.210 é referente a duplicatas de fornecedores da Randoncorp (Nota 20a) e R\$ 1.664 refere-se a duplicatas de terceiros. As operações adquiridas geraram resultado de R\$ 8.503 no período (R\$ 8.242 no exercício de 2022). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

9. Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Outros créditos diversos	1.006	570
Adiantamentos diversos	211	99
Devedores diversos – país	711	348
Depósitos judiciais (Nota 13)	84	123
Outros valores e bens	6.557	6.882
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (a)	6.468	6.785
Despesas antecipadas	89	97
Total	7.563	7.452
Circulante	1.095	667
Não circulante	6.468	6.785

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Custo	Provisão para desvalorização	31/12/2023 Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	31/12/2022 Custo líquido
Imóveis	8.798	(1.937)	(393)	6.468	6.785
Total	8.798	(1.937)	(393)	6.468	6.785

Movimentação da provisão para desvalorização e despesa de venda:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.013	1.433
Constituição de provisão	317	644
Reversão de provisão	-	(64)
Saldo final	2.330	2.013

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. O Banco mantém ações necessárias e semestralmente realiza esforços necessários para a venda desses bens.

10. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2022		31/12/2023				31/12/2023		Taxas anuais depreciação/amortização % (*)
	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação/Amortização	Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	
Mobiliário	264	(208)	310	(64)	-	35	510	(173)	15,5%
Equip. de processamento de dados	439	(214)	80	-	-	(57)	519	(271)	35,7%
Equip. de comunicação e segurança	156	(60)	-	(3)	-	(12)	153	(72)	19,5 e 25,2%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	278	-	-	(23)	278	(23)	16,22% (**)
Imobilizado de uso	859	(482)	668	(67)	-	(57)	1.460	(539)	
Sistemas de processamento de dados	1.191	(346)	-	-	705	(332)	1.896	(678)	20%
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	785	-	9.858	-	(705)	-	9.938	-	
Licenças e direitos autorais de uso	177	(177)	-	-	-	-	177	(177)	
Intangível	2.153	(523)	9.858	-	-	(332)	12.011	(855)	

(*) As taxas anuais de depreciação e amortização foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico, tomando por base o valor residual de 31 de outubro de 2023, em atendimento ao exposto nas Resoluções nº 4.535/16 e 4.534/16 do CMN.

(**) A taxa anual de depreciação foi calculada com base no prazo residual do contrato de aluguel.

11. Depósitos e instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, as captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letra Financeira com vencimentos até dezembro de 2028, sujeitos a encargos financeiros a CDI mais spread fixo e pré-fixadas até 14,5% ao ano (até 15,15% ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI 100% a 135% a.a. (99% a 155% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos e instrumentos financeiros apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	31/12/2023					Total
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	
Interfinanceiros	-	97.936	-	-	-	97.936
A prazo	-	150.358	327.028	27.449	131.265	636.100
Outros depósitos (a)	20	-	-	-	-	20
Letras financeiras	-	58.263	29.998	-	-	88.261
Total	20	306.557	357.026	27.449	131.265	822.317
Circulante						306.577
Não circulante						515.740

(a) Refere-se a saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, sem remuneração (Nota 7).

	31/12/2022					Total
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses	
Interfinanceiros	-	214.600	-	-	-	214.600
A prazo	-	112.725	130.840	114.031	207.245	564.841
Outros depósitos (a)	11	-	-	-	-	11
Letras financeiras	-	-	50.832	-	-	50.832
Total	11	327.325	181.672	114.031	207.245	830.284
Circulante						327.336
Não circulante						502.948

No semestre findo em 31 de dezembro de 2023, as operações de captações no mercado geraram despesas de R\$49.691 (R\$53.463 no semestre findo em 31 de dezembro de 2022), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 R\$103.484 (R\$88.867 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuíam vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023 e já foram todas liquidadas. Tais recursos foram repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2029.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 7,97% a.a. a 8,81% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 14,00% a.a. a 14,11% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 7,81% a.a. a 7,92% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	31/12/2023					
	Até 3 meses	Circulante		Total	Não circulante Acima de 12 meses	Total
		De 3 até 12 meses				
Repasses do País – FINAME	78.966	225.357	304.323		634.474	938.797
Total	78.966	225.357	304.323		634.474	938.797

	31/12/2022					
	Até 3 meses	Circulante		Total	Não circulante Acima de 12 meses	Total
		De 3 até 12 meses				
Repasses do País – BNDES	602	400	1.002		-	1.002
Repasses do País – FINAME	56.098	165.419	221.517		467.414	688.931
Total	56.700	165.819	222.519		467.414	689.933

No semestre findo em 31 de dezembro de 2023, as obrigações por empréstimos e repasses geraram despesas de R\$54.705 (R\$37.789 no semestre findo em 31 de dezembro de 2022), e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 R\$102.655 (R\$64.810 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

O Banco possui o seguinte montante de ações judiciais com perda provável e possível, com valores atualizados até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Natureza	31/12/2023					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	614	3	1.997	2	84	6
Total	614	3	1.997	2	84	6

Natureza	31/12/2022					
	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas		Depósitos judiciais (Nota 9)	
	Valor	Quantidade	Valor	Possível Quantidade	Valor	Quantidade
Trabalhista	840	4	2.105	3	123	10
Total	840	4	2.105	3	123	10

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos judiciais (Nota 9)	84	-	123	-
Provisão para riscos trabalhistas	614	-	840	-

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	840	840
Reversão de provisão	(226)	-
Saldo final	614	840

14. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	11.437	11.982
Impostos e contribuições diferidos	143	54
Total	11.580	12.036
Circulante	11.580	12.036

15. Outros passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores e outros credores diversos	1.862	621
Bônus por financiamento (a)	7.995	6.935
Salários e encargos	1.799	1.420
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	495	798
Fiscais e previdenciárias (b)	2.432	1.291
Sociais e estatutárias	4.537	4.361
Outras obrigações diversas (c)	7.937	1.219
Total	27.057	16.645
Circulante	25.912	16.339
Não circulante	1.145	306

(a) Do montante, em 31 de dezembro de 2023, R\$7.873 refere-se a comissões por financiamento, que representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas da Randoncorp (R\$6.935 em 31 de dezembro de 2022) e R\$122 com distribuidores Randoncorp. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compro (Floor Plan), conforme contratos de convênio firmado entre as Empresas (Nota 20a).

(b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas, serviços matriciais compartilhados e outros pagamentos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$306.000 (R\$235.000 em 31 de dezembro de 2022), representado por ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	31/12/2023	31/12/2022
Ordinárias	145.288.578	114.419.012
Preferenciais	145.288.578	114.419.012
Total	290.577.156	228.838.024

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2023 e homologada junto ao BACEN em 30 de março de 2023, foi autorizado o aumento do capital social em R\$71.000, mediante a emissão de 30.869.566 ações ordinárias e 30.869.566 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 03 de fevereiro de 2023.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2022 e homologada junto ao BACEN em 12 de maio de 2022, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 22.321.429 ações ordinárias e 22.321.429 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 03 de março de 2022.

b) Dividendos

As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social.

Em 27 de abril de 2023, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$3.544, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2023, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2022.

Em 28 de dezembro de 2023, foi realizada Reunião do Conselho de Administração em que foi aprovado o pagamento ao acionista de no mínimo 25% do lucro líquido referente ao exercício de 2023, sob a forma de juros sobre capital próprio, observados a forma e os limites estabelecidos pela legislação própria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram pagos dividendos aos acionistas conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	3.544	2.305
Dividendos complementares provisionados	-	411
Dividendos provisionados	-	3.544
Juros sobre Capital próprio proposto	4.291	-
Pagamentos realizados no exercício	(3.544)	(2.716)
Saldo atual no exercício	4.291	3.544
Dividendo por lote de mil ações - R\$	0,015	0,015

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023. O montante registrado em 2023 foi de R\$881 (R\$746 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. O montante destinado para reservas estatutárias em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 12.442 (R\$10.632 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

17. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	31/12/2023		31/12/2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos	2.450	4.522	3.425
Direitos creditórios descontados	6.385	13.068	14.621
Financiamentos	138.193	269.492	194.607
Recuperação de prejuízo (Nota 8.g)	2.656	2.819	1.231
Total	149.684	289.901	213.884

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). Os créditos tributários diferidos ativos são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias.

	31/12/2023		31/12/2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.634	29.920	27.274
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (I)	(7.035)	(13.464)	(12.385)
Adições permanentes	(1.230)	(1.366)	(96)
Exclusões permanentes	330	569	176
Juros sobre o Capital Próprio	1.931	1.931	-
Outros ajustes	12	24	(47)
Total	(5.992)	(12.306)	(12.352)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(6.248)	(18.185)	(16.547)
IRPJ e CSLL ativo diferido	256	5.879	4.195
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(5.992)	(12.306)	(12.352)
Alíquota efetiva	38,33%	41,13%	45,29%

(I) A alíquota da CSLL no período de 1º de agosto de 2022 à 31 de dezembro de 2022 foi de 21%.

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.171	29.288	(24.545)	13.914
Receitas diferidas	3.121	48.747	(48.270)	3.598
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	30	559	(582)	7
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	729	142	-	871
Provisão despesas de matricialidade	526	1.312	(626)	1.212
Provisão para riscos trabalhistas	378	-	(101)	277
Outros	257	172	(217)	212
Ativo fiscal diferido	14.212	80.220	(74.341)	20.091

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.305	15.785	(12.919)	9.171
Receitas diferidas	2.593	38.632	(38.104)	3.121
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	52	473	(495)	30
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	450	279	-	729
Provisão despesas de matricialidade	-	972	(446)	526
Provisão para riscos trabalhistas	378	-	-	378
Outros	240	181	(164)	257
Ativo fiscal diferido	10.018	56.322	(52.128)	14.212

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	5.027
2024	10.434	5.365
2025	5.313	3.795
2026	4.326	-
2027	18	25
2028	-	-
Mais de 5 anos	-	-
Total	20.091	14.212

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 12,48% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$16.510 (R\$11.055 em 31 de dezembro de 2022 à taxa de 14,37% a.a.). Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

19. Outras despesas administrativas

	31/12/2023		31/12/2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de serviços técnicos especializados	9.996	18.341	10.098
Despesas de processamento de dados	7.313	13.563	11.233
Participação dos empregados	631	1.322	1.042
Despesas de viagem no país	620	894	463
Despesas de promoções e relações públicas	321	648	389
Despesas de serviços do sistema financeiro	337	618	387
Despesas de depreciação e amortização	253	448	191
Despesas de aluguéis	122	246	192
Despesas de comunicação	96	192	195
Outras despesas administrativas	1.061	1.792	534
Total	20.750	38.064	24.724

20. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos		Diversos	
	31/12/2023	31/12/2022	Provisão	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Randon S.A. Implementos e Participações	8.055	3.831	(40)	(19)	-	251
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	37.361	32.127	(186)	(163)	-	-
Castertech Schroeder Ltda.	140	-	-	-	-	-
Fras-le S.A.	20.121	1.699	(100)	(9)	-	-
Freios Controll Ltda.	802	62	(4)	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	2.212	368	(11)	(2)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	4.663	3.370	(23)	(17)	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	600	164	(3)	(1)	-	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	1.676	113	(8)	(1)	-	-
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	684	-	-	-	-
Randon Implementos Para o Transporte Ltda.	41	15	-	-	-	-
Randon Auttom Ltda.	-	7	-	-	-	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Eireli.	1.055	139	(5)	(2)	-	-
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	5	5.035	-	(25)	-	-
Centro Tecnológico Randon Ltda.	-	-	-	-	-	-
Total	76.731	47.614	(380)	(239)	-	251

	Passivo					
	Depósitos a prazo		Outros depósitos		Credores diversos (*)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Randon S.A. Implementos e Participações	(120.906)	(153.858)	-	-	(178)	(84)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(22.328)	(26.181)	-	-	-	(5)
Randon Corretora de Seguros Ltda.	(3.135)	(5.342)	-	-	-	-
DBServer Assessoria em Sistemas de Informação Ltda.	-	-	-	-	(726)	-
Nakata Automotiva S.A.	(79.558)	(69.515)	-	-	(5.120)	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(7.098)	(6.202)	-	-	-	-
Randoncorp	-	-	-	-	(7.873)	(6.935)
Addiante S.A.	(51.426)	-	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	(10)	-
Pessoas físicas	(1.898)	(1.514)	(7)	(6)	-	-
Total	(286.349)	(262.612)	(7)	(6)	(13.907)	(7.024)

(*) O montante de R\$7.873 refere-se à equalização de taxa paga pela Randoncorp para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (Floor Plan) e CDC (Nota 15).

	Depósitos a prazo		Resultado Despesa Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Randon S.A. Implementos e Participações	(15.689)	(9.243)	(10.246)	(6.941)	(21)
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	(3.362)	(3.588)	(11.613)	(5.458)	-	-
RVC Venture Capital Partic. e Investimentos Ltda.	(896)	(558)	-	-	-	-
Nakata Automotiva S.A.	(10.044)	(5.853)	-	-	-	-
Randon Corretora de Seguros Ltda.	(438)	(483)	(289)	3	-	-
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	(470)	(1)	(1)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(9)	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	(8)	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	(3)	(6)	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	(91)	-
Freios Controil Ltda.	-	-	-	-	(4)	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	(2)	(2)	(22)	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(2)	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Eireli.	-	-	-	-	(5)	-
Randon Triel HT Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	-	-	(8)	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	(123)	(91)	-	-
Addiante S.A.	(1.426)	-	-	-	-	-
Pessoas físicas	(245)	(136)	-	-	-	-
Total	(32.100)	(20.331)	(22.282)	(12.493)	(168)	-

	Bônus por financiamento		Resultado Receita Prestação de serviços		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	8	15	-
Randon Messias Implem. Para o Transporte Eireli.	-	-	-	-	-	(1)
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	7	8	-	5
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	(1)
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	4	10	-	8
Fras-le S.A.	-	-	1	5	-	15
Freios Controil Ltda.	-	-	1	2	-	2
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	8	16	-	111
Randon Messias Implem. Para o Transporte Ltda.	-	-	5	13	-	-
Venice Implementos Rodoviários Ltda.	-	-	12	1	-	-
Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	(25)	(25)
CNCS Indústria Metalúrgica Ltda.	-	-	-	-	-	6
Randon Auttom Ltda.	-	-	4	-	-	-
Centro Tecnológico Randon Ltda.	-	-	1	1	-	-
Randoncorp	100.300	84.119	-	-	-	-
Total	100.300	84.119	51	71	(25)	144

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.928 (R\$1.787 em 31 de dezembro de 2022), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2023 são representados por R\$83(R\$46 em 31 de dezembro de 2022) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 25.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

21. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

22. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, a apuração do Índice de Basileia é realizada de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial Randon, composto pelo Banco Randon e pela Randon Administradora de Consórcios.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	434.951	335.113
Nível I (NI)	434.951	335.113
Capital Principal (CP)	434.951	335.113
Capital social	336.000	265.000
Reservas de capital	94.791	79.341
Lucros acumulados	22.366	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	381	411
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(18.587)	(9.639)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	-	-
Dívida subordinada	-	-
Ativos ponderados pelo risco	2.941.458	2.314.045
Risco de crédito	2.368.310	1.835.537
Risco de mercado	662	724
Risco operacional	572.486	477.784
Valor do capital para cobertura do risco de taxa de juros da carteira bancária	12.503	10.687
Margem de capital (*)	199.634	149.990
Índice de Basileia	14,79%	14,48%
Capital Nível I	14,79%	14,48%
Capital Principal	14,79%	14,48%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

23. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Conglomerado Prudencial Randon, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e social, ambiental e climático em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional 4.557/17 e 4.945/2021. As tabelas do Relatório de Pilar 3 aplicáveis ao Conglomerado encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br (não auditado).

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Conglomerado decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Conglomerado adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado do Conglomerado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Conglomerado mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme Circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira do Conglomerado honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Conglomerado, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Social, Ambiental e Climático

Entende-se por Risco Social, Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de tais riscos, conceituados na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esses riscos, o Conglomerado criou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/21, e observa este conteúdo em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Conglomerado, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

24. Análise de sensibilidade

Em atendimento as exigências do art. 35 da Resolução BCB nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, e o histórico dos últimos anos respeitando as variações dos períodos e conforme a natureza de cada conta, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- Carteira de crédito: variação quanto a qualidade da carteira para fins da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possíveis variações visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
- Créditos tributários: resultado das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 18%	Aumento de 35%	Aumento de 53%
Efeito no resultado	(18.743)	36.444	55.186
Item sensibilizado	Carteira de crédito - Variação PCLD		
Premissa	Melhora de 12%	Piora de 25%	Piora de 37%
Efeito no resultado	2.547	(5.306)	(7.853)
Item sensibilizado	Provisão para risco cíveis e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(61)	(123)	(184)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Redução de 22%	Aumento de 44%	Aumento de 66%
Efeito no resultado	(4.420)	8.840	13.260

25. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

O Banco Randon é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes, na taxa de juros e nas premissas durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2022.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2023. As contribuições efetuadas no período montaram R\$263(R\$174 em 2022). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 31 de dezembro de 2023 é de R\$41 (R\$30 em 31 de dezembro de 2022), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

Despesa líquida com benefícios	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente	8	6
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	(1)	(1)
Receita de juros sobre ativos do plano	(12)	(9)
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	-
Custo do benefício definido no resultado	(5)	(4)
Rendimento real dos ativos do plano	(3)	(5)

Ativo (passivo) de benefícios

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação com benefícios definidos (valor presente das obrigações atuariais)	(62)	(49)
Valor justo dos ativos do plano	68	64
Ajuste devido	(1)	(7)
Ativo de benefícios	5	8

No exercício de 2023, as movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2022	(49)
Custo de juros	(5)
Custo do serviço corrente	(8)
Perdas (ganhos) atuariais sobre obrigações	1
Saldo das obrigações com benefício definido no final do exercício 2023	(61)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	64
Retorno real dos investimentos	(5)
Transferências	-
Contribuição do empregador	9
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	68

As principais categorias dos ativos do plano são as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros de renda variável	16	15
Instrumentos financeiros de renda fixa	29	28
Outros	23	21
	68	64

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
	%	%
Taxa nominal de desconto	9,19	9,67
Taxa nominal de crescimento salarial	6,61	6,61
Taxa nominal de crescimento de benefícios	3,50	3,50

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

Contribuições esperadas para o próximo exercício	
Empresa	9
Participantes	-
Total	9

Perfil de vencimento das obrigações de benefício definido para o próximo exercício	
Pagamento de benefícios esperados até 31 de dezembro de 2024	9
Pagamento de benefícios esperados após 1º de janeiro de 2025	98
Total	107

Análise de sensibilidade da premissa significativa "taxa de desconto":

Premissa significativa	Valor presente da obrigação (31/12/2023)	1% Aumento - efeito no VPO	1% Redução - efeito no VPO
Taxa de desconto (em 31 de dezembro de 2023 – 9,19%)	62	(5)	1

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 10,19%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 8,19%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

26. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$51.000 para danos materiais (R\$50.817 em 31 de dezembro de 2022).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Resultado não recorrente

	31/12/2023		31/12/2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Eventos não recorrentes			
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	-	-	71
Resultado não recorrente	-	-	71

28. Eventos subsequentes

Em 01 de fevereiro de 2024, o Banco teve um aumento de capital de R\$306.000 para R\$326.000, foi realizado aporte de capital no valor de R\$20.000, integralizados em moeda corrente. O processo encontra-se em análise pelo Banco Central do Brasil.

Conselho de Administração

Alexandre Randon
Presidente

Jaime Marchet
Vice-presidente

Geraldo Santa Catharina
Conselheiro

Diretoria

Joarez José Piccinini
Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti
Diretor Administrativo

David Jose Teixeira Felix
Diretor Comercial

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1
Contadora